



INFORSTRUP

BOLETIM DO TRABALHADOR RODOVIÁRIO

Boletim Informativo nº 4

Out/nov/Dez 2016

Contratação Colectiva Ponto de situação



REDM ; Novas propostas a discutir nos locais de trabalho

RBL; Novas propostas a discutir nos locais de trabalho

RBI; Novas propostas a discutir nos locais de trabalho



BARRAQUEIRO TRANSPORTES; Demonstra pouca abertura para uniformizar relações laborais valorizando as condições de vida e trabalho dos trabalhadores mais antigos, o STRUP dinamizará uma nova proposta;



RODOVIÁRIA LISBOA; AE caducado. Mantém o bloqueio à continuidade do processo de uniformização das relações laborais, receberá nova proposta;



RODOVIÁRIA DO TEJO; Mantém dois regimes e aplicou acto de gestão de 1% a Julho 2016;



SCOTTURB. 627€ Processo de Revisão do AE, reunião adiada para discussão com os trabalhadores, FECTRANS apresentará nova proposta;



VIMECA TRANSPORTES. Em aplicação do CCTV - STRUP;



CARRIS; Continua o processo de negociação do AE, embora sem se vislumbrar a possibilidade de conclusão, de forma a atingir o necessário aumento dos salários



CARRISBUS; Continua a luta pela integração plena na CARRIS e pela aplicação integral dos direitos consagrados neste AE, assim como a disponibilidade de negociar um instrumento de regulamentação colectiva intercalar;

EDITORIAL

O relatório da Comissão Europeia (CE), no âmbito da quarta avaliação após o programa da troika reincide na pressão e chantagem sobre o povo e o país, numa tentativa de pôr em causa medidas que invertam o modelo assente em baixos salários que a U.E. preconiza para Portugal. Perante o logro das previsões feitas quanto aos efeitos da subida do SMN em 2016, que ao invés de produzir mais desemprego, foi compatível com a sua redução acompanhada pela criação de mais emprego, a CE volta a apostar no embuste.

Com a divulgação do presente relatório, fica patente que, para além de se opor à valorização do SMN, a CE está empenhada em que este efeito não se dissemine aos restantes salários e muito menos que tal implique outra distribuição do rendimento nacional que, rompa com a política de concentração crescente no capital em prejuízo do trabalho (entre 2010 e 2015 os rendimentos do trabalho, caíram de 36,8% para 33,6% do PIB).

Neste sentido, é sintomático que a CE, tão "preocupada" com o aumento do SMN, seja a mesma que patrocina e promove a política de rapina aos recursos nacionais, cujos resultados estão patentes, entre outros indicadores, no forte impacto negativo nas contas nacionais resultantes da saída de mais de mil milhões de euros para o estrangeiro na forma de dividendos, decorrente do processo de privatizações.

A subida do SMN para os 600€, com efeitos a 1 de Janeiro de 2017, é uma exigência económica e social, não só porque pode e deve dinamizar a actualização das restantes grelhas salariais como é indispensável para combater a pobreza que afecta mais de 11% dos trabalhadores no activo.

Para a CGTP-IN o aumento geral dos salários e a dinamização da contratação colectiva são elementos determinantes para romper com o modelo de baixos salários e trabalho precário, assegurar o aumento da produção e do emprego com direitos e garantir o crescimento sustentado da economia.

Estas são, entre outras, reivindicações que vão estar presentes na Semana de Esclarecimento, Reivindicação e Luta que a CGTP-IN a realizar na semana de 26 a 30 de Setembro, em todo o país.

Neste Boletim

- Editorial
- Contratação colectiva
- Contencioso
- Agenda sindical

Ainda cerca do desconto indevido na CI^a 74 (resumo)



Tribunal do Trabalho de Oliveira de Azeméis

Secção Única
Av. António José de Almeida - 3720-039 Oliveira de Azeméis
Proc.Nº 85/13.OTTOAZ

...Ou seja e doutro modo, esta interpretação é inaplicável quando se pretende aplicar a norma a casos diferentes daqueles para que se legislou. A norma excepcional está, portanto, restringida aos casos para que foi estabelecida, e não tem elasticidade para abranger outras situações. Não se pode transformar a excepção em regra.

...
Não nos transtornaria, nesse conspecto, a irredutibilidade das retribuições já que se tratariam de contratos de trabalho já celebrados à luz na nova lei.

Todavia, ultrapassado esse escolho, outro se elevaria de igual grandeza: o princípio constitucional de “trabalho igual, salário igual”, consagrado no artigo 270º do Código do Trabalho e no artigo 59º, número 1 a) da Constituição da República Portuguesa.

Não nos parece que pudesse, em caso algum, aceitar-se que, dentro de uma mesma empresa dois trabalhadores com idêntica categoria profissional recebessem valores substancialmente díspares por força de um complemento salarial que não depende da sua antiguidade, mérito, produtividade ou qualquer outro critério individualmente fixado.

Mais, por outra ordem de razões, já acima explanadas, se deverá concluir no sentido de o entendimento defendido pela Ré não ser sequer aceitável nas novas contratações: o de que a interpretação da lei, no que tange à alteração do artigo 268º do Código do Trabalho operada pela Lei 23/2012, à luz do Memorando celebrado com a Troika com vista a permitir o apoio financeiro da EU, não permite entender que o legislador quis, ou de alguma forma, ainda que não perfeitamente expressa, permitiu a redução de prestações retributivas certas e regulares independentes da efectiva prestação de trabalho suplementar como é o caso da prevista no artigoº 74º, número 7 da CCT celebrada entre a ANTRAM - Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias e FESTRU - Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários Urbanos, publicada no BTE, de 08-03-1980.

V –

Por tudo o exposto, julga-se a acção provada e procedente e, em consequência:

- julga-se ilícita a diminuição do valor da retribuição do Autor operada desde Agosto de 2012;**
- condena-se a Ré a pagar ao Autor a diferença, a liquidar em execução de sentença, entre os valores efectivamente pagos e os devidos ao mesmo a título de retribuição prevista na cláusula 74º, número 7 da CCT celebrada entre a ANTRAM - Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias e FESTRU - Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários Urbanos, publicado no BTE, de 08-03-1980 desde Agosto de 2012 e até trânsito da presente decisão;**
- condena-se a Ré a pagar ao Autor juros sobre as respetivas quantias mensais, vencidos desde a data de pagamento de cada uma das retribuições e até efectivo e integral pagamento;**
- Condena-se a Ré a proceder, desde o referido trânsito, ao pagamento do valor previsto na cláusula 74º, número 7 da CCT celebrada entre a ANTRAM - Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias e FESTRU - Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários Urbanos, publicado no BTE, de 08-03-1980 de acordo com a fórmula de cálculo prevista no artigo 268º, número 1 Código do Trabalho sem as alterações introduzidas pela Lei 23/2012.**

Custas pela Ré.

Mantém-se o valor da acção atribuído pelas partes em sede de articulados – cfr. artigos 314 e 316º do Código de Processo Civil aplicável ex vi artigo 1º, número 2 a) do Código de Processo de Trabalho, Registe e notifique.

CONHEÇA O STRUP

Se trabalhas no sector dos transportes rodoviários e urbanos, visita o site do STRUP em www.strup.pt.

Trata-se da maior organização sindical neste sector de atividade que presta apoio aos trabalhadores seus associados em diversas áreas:

**LUTAR SEMPRE
VENCER TALVEZ
DESISTIR NUNCA**



Promove iniciativas de convívio entre os seus associados



Contactos Uteis:

Secretaria: 916 745 017
Contencioso: 916 732 414
Tesouraria: 916 732 414
Coordena. Geral: 916 746 320
Organização: 916 732 775

strup@strup.pt



S.T.R.U.P



♦ FOI AGENDA

- **Transportes Urbanos de Vila Real;** A luta destes trabalhadores resultou no reconhecimento da aplicação do CCTV ANTROP-STRUP por parte da CORGOBUS, passando a vencer os novos valores na TUVR, bem como os retro-activos devidos

No passado dia 29 de novembro, os trabalhadores reuniram em plenário para fazer o ponto de situação.

♦ Será Agenda

DESTAQUE NACIONAL

Alterações publicadas no passado dia 29 de julho/2016 prolongam vida activa dos profissionais Motoristas;

Entre outras alterações, aqui se reproduz a mais profunda, decreto lei 40/2016, alinea e) do Artº 1º; Alarga o prazo de validade das cartas de condução das categorias D1, D1E, D, DE, e CE cuja massa máxima autorizada exceda 20.000 kg até ao dia anterior à data em que os titulares completem 67 anos de idade;

...

• **Petição "Motorista Profissão de Desgaste"**

Com o objectivo de fazer voltar a discussão na Assembleia da República, FECTRANS / STRUP promovem a petição de oposição ao Decreto Lei 40 de 2016, que introduz a revalidação extraordinária da habilitação de condução dos motoristas de pesados até aos 67 anos de idade.

+ de 4.000 assinaturas em oposição, nova discussão!

A Fadiga Mata



"Fadiga Mata" junta mais uma vez os sindicatos da CGTP-IN e CC.00 na fronteira de Vilar Formoso no próximo dia 04 de Outubro. Serão distribuídos comunicados aos motoristas portugueses e espanhóis. A FECTRANS/STRUP estarão representados na fronteira com cerca de 100 dirigentes e delegados sindicais.

INFORMAÇÃO PERIÓDICA SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA SEGURANÇA RODOVIÁRIA UMA RESPONSABILIDADE DE TODOS A presente informação, elaborada com base nos mapas de acidentes e vítimas referentes ao Continente (ANTENAS) enviados diariamente pelas Entidades Fiscalizadoras, tem um carácter provisório. 1. PERÍODO: 08 a 15 de setembro de 2016

Mortos PSP - 0 GNR - 6 Total - 6 Total ___ Feridos Graves PSP - 15 GNR - 39 Total 54

Fonte ANSR set2016



CARRISTUR; Apesar da Administração e Ministério do Ambiente afirmarem estar de acordo com a aplicação do CCTV, que fixa os salários em 630€ e um regime de diuturnidades mais favorável, os trabalhadores continuam a ser roubados nestes direitos, bem como na recusa de negociar um AE específico;



METROPOLITANO DE LISBOA; com as lutas dos trabalhadores foi assinado o novo AE que mantém a garantia dos seus direitos;



TRANSPORTES SUL DO TEJO; enviada a proposta de revisão AE para 2017



TRANSPORTES URBANOS DE VILA REAL; resultado da luta dos trabalhadores foi a aplicação dos 630€ na tabela que resultam do CCTV ANTROP STRUP;



EVA TRANSPORTES; enviada proposta de revisão AE para 2017



RODOVIARIA DO ALENTEJO; sem desenvolvimento;

MERCADORIAS; Processo de negociação em curso, aguarda resposta da associação patronal que tem adiado as ultimas reuniões;



MERCADORIAS; enviada proposta de revisão para 2017;



PASSAGEIROS. Enviada proposta de revisão CCTV para março 2017;



Passageiros; enviada proposta de revisão 2017, reunião para 31 janeiro 2017



ENSINO DE CONDUÇÃO; enviada proposta de revisão para 2017



ENSINO DE CONDUÇÃO; enviada proposta de revisão para 2017



CENTROS DE INSPECÇÃO AUTOMÓVEL; enviada proposta de revisão 2017 enviada



SECTOR DOS TAXÍS;

FPT; enviada proposta de criação de CCT para 2017;



ANTRAL; enviada proposta de revisão para 2017;



Contacta-nos

- ♦ **Segue-nos no FACEBOOK em S.T.R.U.P**
- ♦ **Consulta, regista-te e sindicaliza-te em www.STRUP.pt**
- ♦ **Comunica connosco através de strup@strup.pt**
- ♦ **Ou liga-nos através do telefone 214 099 062**

Destaque Regional **STRUP em Faro:**

No âmbito das decisões tomadas pelo movimento sindical unitário, o STRUP levou a cabo a integração de serviços em Casas Sindicais. A Delegação Regional de Faro e Algarve está em processo de reestruturação no nosso sindicato.

Dando resposta aos anseios dos trabalhadores, a criação de espaços que permitam dar resposta aos desafios com que nos deparamos, os serviços do STRUP reforçaram o apoio aos associados do sector dos transportes **também na Região do Algarve.**

O apoio aos sócios com os seguintes horários;



Funcionamento; 2a a 5a feira

Horário; 10,30h às 17h.

Contencioso por marcação*

**Rua Alexandre Herculano, nº 22,
2º andar 8000 - 204 Faro**

Tel.: 289 822 693*

Telm.: 916 734 152*

Coordenador Regional: 926 607 303*

faro.strup@gmail.com